

## **I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial**

Realização: FCRB · UFF/PPGCOM · UFF/LIHED

8 a 11 de novembro de 2004 · Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro – Brasil

*O texto apresentado no Seminário e aqui disponibilizado tem os direitos reservados. Seu uso está regido pela legislação de direitos autorais vigente no Brasil. Não pode ser reproduzido sem prévia autorização do autor.*

### **A Francisco Alves no contexto da formação de uma indústria brasileira do livro**

Aníbal Bragança

Excetuando-se a Imprensa Régia, hoje Imprensa Nacional, a Francisco Alves é a editora mais antiga em funcionamento no país. Fundada como Livraria Clássica pelo imigrante português Nicolau Antônio Alves, voltada especialmente para o nascente público escolar da Corte, logo se tornaria uma livraria-editora de livros didáticos.

O início da longa história dessa casa, que passou por composições societárias e denominações diversas, mas mantendo existência contínua, pode ser comparado à do livreiro-editor espanhol Victoriano Hernando y Palacios, fundador da Casa Hernando, no ano de 1828, em Madrid<sup>1</sup>, e à de seu contemporâneo francês Louis Hachette, que fundou em Paris sua livraria em 1830, que, com a ajuda das encomendas do governo e da formação do sistema nacional escolar, transformou-se num gigante do mundo editorial francês<sup>2</sup>.

Como essas, também a Livraria Clássica começou modestamente, com suas atividades voltadas para o atendimento do mercado escolar, e veio a tornar-se a maior livraria-editora do país – durante cerca de cinquenta anos – nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX. Sua inauguração, em 1854, no mesmo ano em que se inaugurava o telégrafo e a iluminação pública a gás, no Rio de Janeiro, se deu a 15 de agosto, dia de Nossa Senhora da Glória, a madrinha do Imperador, em cerimônia festiva<sup>3</sup>. Estava então situada na Rua dos Latoeiros (hoje Gonçalves Dias), 54, centro do Rio de Janeiro (em 1875, iria receber nova numeração, passando a 48).

Importante para o futuro da Livraria Clássica, foi, nesse ano, a publicação, em 17 de fevereiro, do decreto do Ministro do Império, Conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz,

---

<sup>1</sup> Ver: Botrel, Jean-François. *Libros, prensa y lectura en la España del siglo XIX*. Madrid: Fund. Germán Sánchez Ruipérez ; Pirámide, 1993, p. 385-470.

<sup>2</sup> Mollier, Jean-Yves. “O nascimento da cultura de massa na *Belle Époque*: implantação das estruturas de difusão de massa”, in *Margem*, 8, dezembro de 1998, S. Paulo: Educ; PUC – Faculdade de Ciências Sociais, p. 127-138.

<sup>3</sup> Moniz, Edmundo. *Francisco Alves de Oliveira (livreiro e autor)*. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira, 1943, p. 10. A obra, erroneamente, indica que o ano de inauguração foi 1855.

(depois Visconde do Bom Retiro), que reformou a instrução primária e secundária do município Neutro, onde, dentre outras medidas, se anuncia que “o material escolar seria fornecido pelo Estado”<sup>4</sup>. Ainda que isso nunca tenha efetivamente sido levado a cabo, em nosso país, de forma plena, foi o início de uma parceria entre o poder público e as editoras privadas de livros escolares, que foi e é fundamental para o desenvolvimento deste setor, no Brasil, como o foi também no exterior. A partir dessa reforma, a iniciativa particular no campo do ensino primário e secundário passou a ser controlada pelos poderes públicos<sup>5</sup>.

Em 1835 já havia sido criada a Escola Normal de Niterói, a primeira do Brasil<sup>6</sup>, o Ateneu do Rio Grande do Norte, no mesmo ano, e o Liceu da Bahia e também o da Paraíba, em 1836, que, juntamente com a criação do Colégio de Pedro II, na Corte, em 1837, expressaram os primeiros esforços para se alcançar um nível, mínimo que fosse, de organicidade na área do ensino público<sup>7</sup>, que tinha como um dos maiores desafios a formação de docentes, necessária para uma efetiva expansão do ensino.

O desenvolvimento da Livraria Clássica insere-se também nas transformações sócio-econômicas desencadeadas no Império, especialmente no Rio de Janeiro, com o fim do tráfico negreiro, em 1850. Durante toda a segunda metade do século XIX houve grandes investimentos nos transportes e nas comunicações, ampliação da estrutura mercantil e bancária, com crescimento das camadas médias da sociedade e desenvolvimento do mercado interno. Paralelamente desenvolveu-se uma imprensa combativa e com as novas instituições escolares, tudo se refletiu, finalmente, num aumento do público leitor e do mercado para o livro.

A expansão do ensino também se acentuou nessa década e, em 1857, o Brasil já possuía 2595 escolas públicas primárias, com 70.000 alunos<sup>8</sup>.

Foi importante também, no período, a formação de uma mentalidade empresarial moderna, que paulatinamente impregnou as práticas comerciais, exigindo maior dinamismo e deixando para trás os tempos em que o sistema de privilégios e bons relacionamentos com os donos do poder contavam mais que visão e empenho empresarial, e comendas e

---

<sup>4</sup> Peixoto, Afrânio. *Noções de história da educação*. 3a. ed. São Paulo: Nacional, 1942.

<sup>5</sup> Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Império Brasileiro*. São Paulo: Grijalbo; Edusp, 1972, p. 15

<sup>6</sup> Villela, Heloísa. “A primeira Escola Normal do Brasil”, in Nunes, Clarice, org. *O passado sempre presente*. S. Paulo: Cortez, 1992.

<sup>7</sup> Haidar, *op. cit.*, p. 14.

<sup>8</sup> Peixoto, *op. cit.*, p. 295.

honorárias valiam mais que lucros. Eram as novas idéias políticas, econômicas e filosóficas, de origem inglesa e francesa especialmente, que iam formando o mundo capitalista e burguês, mesmo num país escravocrata como o Brasil de então.

Manuel Diegues Júnior e Francisco de Assis Barbosa asseguram que, nesse contexto, “merece destaque especial a contribuição do imigrante português”, não só pela sua participação nas atividades urbanas, onde se fixou preferencialmente, mas porque, com “sua presença permanente assegurou a continuidade de valores que foram básicos na formação do Brasil, constituindo os alicerces sobre os quais se formou a cultura brasileira”<sup>9</sup>.

O fundador da Clássica, Nicolau Antônio Alves (1827-1902), minhoto, natural de Cabeceiras de Basto, havia emigrado, com 12 anos incompletos, em 1839, chegando ao Brasil, a 26 de janeiro<sup>10</sup>. Francisco Alves de Oliveira, sobrinho de Nicolau, chegou ao Rio de Janeiro, no primeiro mês do ano de 1863, ainda com 14 anos. Havia nascido em 2 de agosto de 1848, no Minho, como o tio, no mesmo concelho.

Tio e sobrinho faziam parte de um processo de emigração que levou milhares de portugueses jovens alfabetizados da província do Minho a partirem para o Brasil, sem a família<sup>11</sup>, com o objetivo de fazer carreira por seu próprio esforço, numa economia de maior dimensão que a portuguesa, e onde sabiam existir muito mais oportunidades para trabalhar por conta própria ou para exercer uma vocação empresarial<sup>12</sup>.

Veio Francisco Alves com carta de chamada do tio e foi trabalhar na Livraria Clássica<sup>13</sup>. Paralelamente, prosseguiu os estudos, que iniciara em Portugal, no Colégio Vitório<sup>14</sup>, situado na mesma rua da livraria do tio, no n° 46<sup>15</sup>, mas não há notícia de que

<sup>9</sup> Diegues Júnior, Manuel & Barbosa, Francisco de Assis. “Migração / Imigração no Brasil”, em *Enciclopédia Mirador Internacional*. São Paulo ; Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1987, p. 7625-7632.

<sup>10</sup> Moniz, *op. cit.*, p. 10n.

<sup>11</sup> A legislação portuguesa nessa época exigia o depósito de uma fiança, bem mais elevada do que o preço da passagem, para liberar o passaporte de jovens do sexo masculino com mais de 14 anos, o que levou a uma emigração precoce de meninos que fugiam ao recrutamento militar. Ver: PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração, 1850-1930*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1981, documentos anexos, p. 211.

<sup>12</sup> Leite, Joaquim da Costa. “O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914)”, in FAUSTO, Boris, org. *Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2000, p. 187.

<sup>13</sup> Edmundo Moniz afirma que Francisco Alves empregou-se numa casa comercial de materiais de marinha de vela (Ship-Chandler), onde, diz, “apesar da pouca idade, tornou-se o primeiro caixeiro da casa”, chegando a perceber sessenta mil réis por mês, “salário muito elevado para a época”, in Moniz, *op. cit.*, p. 8.

<sup>14</sup> Abreu, Capistrano de. *Correspondência*, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira ; Brasília: MEC/INL, 1977, p. 58/9.

<sup>15</sup> O Colégio Vitório era, em 1867, o segundo estabelecimento particular do sexo masculino em número de alunos.. O primeiro era o Colégio Gratuito do Mosteiro de S. Bento. Ver: Haidar, *op. cit.*, p. 202.

tenha conseguido bacharelar-se. Lá provavelmente conheceu o Professor Theophilo das Neves Leão, secretário da Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, em 1868<sup>16</sup>, que viria a ser um de seus grandes amigos e colaborador desinteressado em sua atividade editorial e livreira.

Francisco Alves, em 18 de agosto de 1868, cinco anos após sua chegada ao Brasil, já havia estabelecido um contrato com seu tio, que lhe dava algum “interesse” na casa, e que viria a ser revogado somente em 1882, na cláusula 12<sup>17</sup> do contrato de formação da sociedade Alves & Cia., sucessora de Nicolau A. Alves.

Em 1873 porém, Francisco Alves estabeleceu-se por conta própria, com o negócio de livraria, na Rua São José, 126 (depois passou a 118), também no centro do Rio de Janeiro<sup>18</sup>. Dessa época, localizamos nos arquivos da Francisco Alves o rascunho de uma carta manuscrita por Francisco Alves, que certamente foi posteriormente vertida para o francês e enviada, dirigida aos livreiros-editores “Ilmos. Srs. Va. Aillaud, Guillard & Ca. Rua Saint-André des Arts, 47 – Pariz”, em que afirma: “Sei por experiencia propria que a casa de V.Sas. é digna de toda a confiança. Esta experiencia adquiria [sic] eu em casa de meu tio o Sr. Nicolau A. Alves em cuja casa fui empregado durante alguns annos”<sup>19</sup>.

Capistrano de Abreu, que foi amigo de Francisco Alves, durante certa época, em correspondência com o historiador português, João Lúcio de Azevedo, de 2 de julho de 1917, após o falecimento de seu *ex*-amigo: “Em [18]77 liquidou o que possuía, visitou a exposição [Universal, de 1878, em Paris] e viajou parte da Europa. Na volta, o tio chamou-

<sup>16</sup> Cf. Haidar, *op. cit.*, p. 202.

<sup>17</sup> A redação dessa cláusula não especifica quais as bases desse *interesse*: “Os socios Nicoláo Antonio Alves e Antonio Joaquim Ribeiro de Magalhães declaram de nenhum effeito o contracto de 18 de agosto de 1868, cessando igualmente todas as estipulações verbaes ou escriptas que existião entre elles e Francisco Alves de Oliveira, porisso que todas as suas relações de direito ficão subordinadas ao presente contracto, ...”.

<sup>18</sup> Cf. *Almanack Laemmert*, Rio de Janeiro, 1873, 1874 e 1875, que dá a indicação pelo nome do titular.

<sup>19</sup> O texto do rascunho, continua assim: “Fiado, pois, na probidade de V. Sas., remetto junto a presente carta um pedido de livros acompanhado de uma letra do valor de [em branco]. Espero que me façam os mesmos abatimentos que têm feito a meu tio./Quanto ás encadernações mantem-n’as [sic] eguaes às que costumam mandar para elle./Não tenho tempo para fazer o calculo da importancia do meu pedido; pode ser que a quantia saccada não seja sufficiente, n’este caso, quando o numero de exemplares pedidos exceder a 6 pode V. Sa. reduzi-lo a metade. Fico descançado quanto à brevidade da remessa por que conto com a actividade V. Sas. Queiram ter a bondade de me mandar catalogo de livros ainda que seja perciso pagalos [sic], e tomar-me uma assignatura da Bibliographie de la France que me deve ser mandada pelo correio com o endreço [sic] a Franco. Alves d’Oliveira, Rua de S. José, 118/Placa./Rio de Janeiro./De V.Sas./atto. V. S. Cro./Francisco Alves d’Oliveira”. As margens do papel se deterioraram e rasgaram, perdendo-se parte, pequena, do texto, que inclui o último algarismo do ano da data, que pelo endereço indicado, supomos ser 1874 ou 1875, conforme o *Almanaque Laemmert*.

o e afinal ficou senhor da Casa que passou da Rua de Gonçalves Dias para o grande prédio que hoje ocupa na Rua do Ouvidor”<sup>20</sup>.

O contrato de formação da sociedade Alves & Cia., de 10 de fevereiro de 1882, pelo qual o fundador, Nicolau Antônio Alves, afasta-se da gerência da sociedade, passando a sócio comanditário “ou simples prestador de capital”, e no qual admite como sócios “solidários e pessoalmente responsáveis” a Antonio Joaquim Ribeiro de Magalhães<sup>21</sup>, pelo escritório e caixa, e Francisco Alves de Oliveira, pela gerência, este com Rs 15:000\$000 do capital e aquele com Rs 25:000\$000, correspondentes ao “saldo de seus lucros como socios de industria que forão de Nicoláo Antonio Alves, accumulados e verificados no referido balanço de 31 de dezembro de 1881”, de um capital total de Rs\$ 110:187\$297, “todo realizado”, do qual Nicolau Antônio Alves detinha Rs 70:187\$297<sup>22</sup>, permite supor que, quando Francisco Alves voltou de sua viagem à Europa, recebeu convite do tio para ser sócio “de indústria” na livraria.

A sociedade durou pouco tempo com essa formação, pois Francisco Alves comprou a Antonio Joaquim Ribeiro de Magalhães, as cotas que este detinha, em 31.3.1883, assumindo a direção plena da empresa<sup>23</sup>. O capital da empresa subiu para Rs 140:000\$000, sendo Rs 60:000\$000 de Francisco Alves de Oliveira e Rs 80:000\$000 de Nicolau Antônio Alves.

No mesmo ano, a 9 de julho de 1883, Francisco Alves de Oliveira, solicita ao Imperador a cidadania brasileira. O *supplicante* alega que “reside no Brasil há cerca de vinte annos, tem intenção de continuar a residir nesta Côrte e promete obediencia e fidelidade à legislação deste paiz que quer reconhecer por sua patria; pelo que requer que tomadas as declarações do estylo por termo, seja deferida a sua pretensão, expedindo-se o

---

<sup>20</sup> Abreu, Capistrano, *idem, ibidem*.

<sup>21</sup> Também minhoto, nascido a 1 de novembro de 1839. Veio para o Rio de Janeiro aos 12 anos de idade, onde se empregou na Livraria do Sousa, antes de se associar a Nicolau Antônio Alves. Faleceu no Rio de Janeiro a 29 de junho de 1902, era pai do Dr. Teodoro de Magalhães e Fernando de Magalhães (1878-1944), professor da Faculdade de Medicina e membro da Academia Brasileira de Letras.

<sup>22</sup> Arquivado na Junta Commercial da Capital do Império em 16.02.1882, registro no. 24021 (Arquivo Nacional);

<sup>23</sup> Manoel Maia dos Santos foi, durante muitos anos, empregado “interessado” na casa.

competente título”. O pedido foi atendido: “Prestou juramento e recebeu a Carta em 27-11-83”<sup>24</sup> é o que consta como despacho no processo<sup>25</sup>.

As edições da Casa foram iniciadas pelo fundador, Nicolau Antônio Alves, em 1862. A primeira edição foi a *Exposição do systema metrico decimal*, do Prof. J. R. F. Jordão (João Rodrigues da Fonseca Jordão), com uma tiragem inicial de 4.000 (quatro mil) exemplares<sup>26</sup>. O contrato de cessão de direitos autorais estabelece que cabe ao editor pagar as despesas materiais da produção do livro: papel, impressão e acabamento (brochuras, encadernações ou cartonagens). Os lucros serão divididos, após o pagamento dessas despesas, mensalmente, 50% para o editor e 50% para o autor<sup>27</sup>. Este, além do trabalho de fazer o original, obriga-se a promover o livro nos “estabelecimentos de instrução, públicos e particulares”.

Esta parceria entre autor e editor, com pequenas variações, será a forma dominante nos contratos de direitos autorais da casa, seguida também por Francisco Alves.<sup>28</sup>

Em 1894, Francisco Alves abriu uma filial da Livraria Clássica, de Alves & Companhia, em São Paulo, atento que estava ao desenvolvimento daquela província. A inauguração contou com a presença das maiores autoridades e de figuras importantes da intelectualidade paulista e fluminense. Para auxiliá-lo na direção da filial (inicialmente chamada de agência, situada na Rua da Quitanda, 9), chamou o jovem engenheiro, Manuel Pacheco Leão, filho de seu amigo Theóphilo das Neves Leão.

Francisco Alves assumiu a plena propriedade da empresa que dirigia em 13 de setembro de 1897, quando foi feito o distrato<sup>29</sup> da firma Alves & Cia. Em sua 2ª. cláusula, se define que assume “o socio Francisco Alves de Oliveira toda a responsabilidade activa e passiva e por isto ficando como successor único da mesma sociedade, do nome commercial

---

<sup>24</sup> Francisco Alves de Oliveira. processo de naturalização: Fundo/coleção: IJJ6N764, série Interior – Código A9 – SDE, Arquivo Nacional.

<sup>25</sup> Ver reprodução da Carta de naturalização, assinada por D. Pedro II, em Moniz, *op. cit.* (final do volume, sem num.).

<sup>26</sup> Foi feito contrato de “sociedade particular” entre o autor e o editor, em 1 de setembro de 1862 (Cópia no acervo do Núcleo de Pesquisa sobre o Livro e a História Editorial no Brasil (LIHED/UFF).

<sup>27</sup> No contrato aparece como parte também o Bacharel Carlos José Moreira, que terá direito a metade do que couber ao autor.

<sup>28</sup> Cf. Bragança, Aníbal. “A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil”, in Abreu, Márcia, org. *Leitura, História e História da Leitura*. 1ª reimp. Campinas (SP) : Mercado de Letras ; ALB, 2002, p. 451-476.

<sup>29</sup> Escritura registrada no livro 33 de notas, fls. 43 verso, do Cartório do 8º. Ofício de Notas do Rio de Janeiro, de Antonio Herculano da Costa Brito, em 13 de setembro de 1897.

‘Livraria Clássica’ e exclusivo dono das propriedades litterarias, por ella adquiridas e dos contratos de edição”, pagando ao fundador da Casa, Nicolau Antônio Alves, a quantia de Rs 179:987\$159, “por saldo de todas as suas contas a ajuste final de contas”<sup>30</sup>.

Nesse mesmo ano, a 12 de outubro, Francisco Alves transferiu a sede da livraria para a Rua do Ouvidor, 134 (na época chamada de Moreira César). O jornal *O Paiz*, do Rio de Janeiro, n. 4758, de 13 de outubro de 1897, assim registrou o evento:

Perante concurso numeroso de pessoas das nossas classes illustradas, entre as quaes notamos a presença de muitos homens de letras, escriptores, membros do magisterio superior e primario, deputados, representantes da imprensa e de commercio, etc., inaugurou-se hontem a conhecida livraria Alves, que ha muitos annos occupava um predio da rua Gonçalves Dias.

O edificio, em que ora está installado o acreditado estabelecimento, foi expressamente construido para esse fim e, sem contestação, é hoje o mais amplo que nesse gênero de negocio conta a Capital Federal. Compõe-se de três pavimentos, de solida construcção, altos, profusamente illuminados pela claridade que desce de vasta claraboia, sendo o pavimento terreo occupado pela livraria em estantes altas, que chegam ao tecto, e os dois superiores em fôrma de galeria aberta, destinados a depositos de livros, escriptorio, etc.

No centro do primeiro pavimento, ao alto, vêem-se os retratos do fundador da casa, o velho e popular livreiro Nicoláo Alves, e do livreiro Magalhães, que foram socios do actual proprietario.

No segundo pavimento foi servida em extensa mesa magnifica refeição aos convidados do proprietario, o Sr. Francisco Alves, proecto e conceituado negociante de livros, que alli se reuniram para saudal-o.

O Dr. Theophilo das Neves Leão, antigo professor e secretario da instrucção publica nesta capital, iniciou os brindes, rememorando os serviços que o Sr. Alves tem prestado á instrucção no Brasil como editor do maior numero de obras didacticas publicadas entre nós.

A esse brinde seguiram-se muitos, merecendo especial menção, entre outros, os dos Drs. Sylvio Romero, Homem de Mello e Paranhos Pederneiras, nosso colega do *Jornal do Commercio*, retribuindo a eloquente e alevantada saudação que o Dr. Sylvio Romero dirigiu á imprensa.

A livraria Alves é um estabelecimento digno de ser frequentado pelo publico fluminense.”

Toda a imprensa escrita, como o *Jornal do Brasil*, o *Jornal do Commercio*, a *Folha da Tarde*, a *Gazeta de Notícias* registraram o acontecimento no dia seguinte à inauguração. A *Gazeta da Tarde*, nº 103, assim o noticiou:

Uma festa encantadora, a de hontem, com que Francisco Alves, o sympathico e distincto editor que todo o Brasil conhece e estima, inaugurou o esplendido edificio

<sup>30</sup> O pagamento foi feito da seguinte forma: Rs 29:987\$159 em moeda corrente, no ato, e mais seis prestações semestrais de Rs 25:000\$000, a primeira em fevereiro de 1898. pagando o comprador, sobre essas prestações, o juro anual de 5%, em prestações mensais, “no dia 1º de cada mês vencido”.

que, com o maior capricho *yankee* acaba de construir á rua do Ouvidor e para onde acaba de transferir o seu importante e tradicional estabelecimento.

Estavam presentes, no segundo pavimento em que se serviu profuso *lunch*, os mais finos representantes das letras, da imprensa, do magistério, das academias e das escolas, do commercio e da industria e não tiveram conta as calorosas saudações que recebeu Francisco Alves.

O aspecto do edificio era lindissimo, repleto de visitantes que percorriam todas as dependencias, sendo para notar o excellente effeito que ao fundo do pavimento terreo produzia a grande téla de Belmiro de Almeida – *A autora de 15 de Novembro*.

Da importante casa editora que tanto honra o Brasil mais de espaço nos occuparemos, dando ao mesmo tempo uma descripção do magnifico prédio em que passa funcionar e que é mais uma brilhante recommendação do zelo e da competencia profissional dos conhecidos constructores Bandeira & Frota.

Do jornal *A República*, n.º. 331, destacamos:

O Sr. Francisco Alves, muito conhecido e bem reputado livreiro-editor, mudou o seu estabelecimento da rua Gonçalves Dias para a rua Moreira Cesar n. 134.

Fazendo-o, porém, não se limitou ao trabalho material de transportar de uma para outra casa a sua immensa livraria: preparou um estabelecimento em que o luxo, a largueza, o asseio, a luz, a hygiene, a belleza emfim, se harmonisaram, dando-lhe o mais bello aspecto, e concorrendo para notabilizar-se a livraria Alves como a primeira desta Capital.

Ao fundo da loja, e sob uma das amplas claraboias que a alegam, vê-se o grande quadro de Belmira [sic] – *A Aurora de Quinze de Novembro* – tela expressiva, de uns quatro metros de altura.

Da *Gazeta de Noticias*, n.º 287, de 14 de outubro, para finalizar, transcrevemos, sobre a inauguração da nova sede no Rio de Janeiro, da Livraria Francisco Alves:

No topo do salão figurava, ante-hontem, a grande téla de Belmiro – *A Aurora de 15 de Novembro*. Ao alto os dous retratos: de Nicoláo Alves, o velho fundador da casa, e Antonio Magalhães, antigo socio do Sr. Alves. É uma justa homenagem a esses dous honrados trabalhadores, que tanto contribuíram para o desenvolvimento da livraria inaugurada ha mais de 30 annos na casinha estreita, de uma porta só, da rua Gonçalves Dias, por onde passaram todas estas ultimas gerações de estudantes e professores brasileiros.

O Sr. Francisco Alves, que continuou as tradições de seu tio, *accentuando talvez com mais intensidade o seu interesse pelo desenvolvimento do ensino nacional*, estava com razão satisfeito, vendo-se cercado de tantos amigos e diante desta recente obra de seu esforço.

A todos os convidados offereceu profusa mesa de doces, trocando-se ao Champagne animados brindes.

Considerando-se estes registros, festivos e generosos, evidentemente, mas assumidos, e os cumprimentos e saudações recebidos pelo editor-livreiro na inauguração da filial em S. Paulo, registrados na imprensa profusamente, é de se lamentar que tenha ficado,



até aqui, para a posteridade a imagem caricata de Francisco Alves construída por lusófobos, como o ex-padre mineiro Antônio Torres, autor de *Pasquinadas*, e de antilusitanos, como o memorialista Luiz Edmundo.

Após a inauguração da nova sede da matriz da empresa, no Rio de Janeiro, Francisco Alves resolveu anexar a empresa que tinha criado em São Paulo, formando uma só firma para a sua livraria-editora. Com essa fusão, deixaram de existir a Francisco Alves, no Rio de Janeiro, e a Alves & Ca., de São Paulo, criando-se a Francisco Alves & Cia., em 5 de janeiro de 1903.

Na nova firma, entra o sócio de Francisco Alves em São Paulo, Manuel Pacheco Leão. O capital social da empresa é de Rs 580.000\$000 (quinhentos e oitenta contos de réis), “já realizados, sendo Rs 520.000\$000 do sócio Francisco, proveniente de quatrocentos contos de réis de seu capital na extinta firma Francisco Alves & Ca. A parte do socio Manoel Pacheco Leão é de sessenta contos de réis, seu capital na extinta firma Alves & Ca.”. Em sua cláusula 3ª. se define que “exercerá as funções de gerente o socio Francisco Alves de Oliveira e as de chefe de escriptorio o socio Manoel Pacheco Leão, podendo substituir-se reciprocamente no caso de impedimento”.

Define-se, também, em sua cláusula 5ª, que “a firma social será Francisco Alves & Ca. (...). Em todas as etiquetas, facturas e em quaesquer papeis impressos o estabelecimento será indicado pelas seguintes palavras: Livraria Francisco Alves”.

Nesse mesmo documento, se define que o “empregado Paulo E. de Azevedo”, “em quanto bem servir”, receberá “o interesse de cinco por cento (5%) nos lucros liquidados da casa de S. Paulo” e que, após essa dedução, caberá ao sócio Manoel Pacheco Leão 25% dos lucros líquidos e 75% ao sócio Francisco Alves de Oliveira, o qual também receberá o aluguel do prédio do Rio de Janeiro, do qual é o único proprietário.

Em 1907 Francisco Alves fez uma outra sociedade, desta vez com Júlio Monteiro Aillaud, para participar do controle da tradicional editora, livraria e tipografia francesa, Aillaud, de Paris, e, tendo o mesmo Júlio Monteiro como associado, além de seu já sócio no Brasil, Manuel Pacheco Leão, adquiriu, em 1908, a Livraria Bertrand, de Lisboa. Individualmente já havia adquirido em Portugal as editoras “Biblioteca de Instrução Profissional” e a “A Editora”, sucessora da casa David Corazzi, tradicionalíssima editora

portuguesa, ambas de grande envergadura econômica e importância no mercado do livro lusófono, inclusive no Brasil

Sobre a relação com seu sócio Manuel Pacheco Leão, que após a morte de Francisco Alves teve seu papel na empresa grandemente enaltecido e evidenciado, por razões certamente ligadas a seu sucessor Paulo de Azevedo, chegando a se atribuir a ele a razão do sucesso do editor Francisco Alves, temos cópia de uma carta manuscrita deste, após adquirir a “A Editora”, enviada de Lisboa, em 15 de novembro de 1908, dirigida ao seu sócio Manuel Pacheco Leão<sup>31</sup>, nestes termos:

“Meu caro Maneco,

Recebi sua carta de 20 de outubro e por ella vejo que todos os seus estão bons (...)

.....

Tenho trabalhado muito aqui pela nossa casa e creio ter feito um bom negócio com a Editora; porque ficamos com o 1º estabelecimento editorial de Portugal em nossas mãos, como lhe expliquei na minha última carta pelo vapor inglez.

De hoje a 8 dias embarcarei para ahi pelo Chili e espero brevemente abraçal-o e matar as saudades. Muito temos que estudar os vastos plano [sic] que tenho imaginado, e, apesar do medo [grifo de FA] que diz ter do crescimento da nossa casa; creio esse seu medo será passageiro, porque tenho notado com muita satisfação que já não é tão medroso como era.

Sei que V. não teria a coragem que eu tenho tido; mas reconheço que tem feito muito progresso em matéria de coragem: nos negocios (grifo de FA).

Bem sei que V. nunca fará o que tenho feito –

1º quando comprei a parte do Magalhães, na nossa livraria, vendi para lhe pagar, os dois únicos prédios que eu possuía.

2º Quando comprei o prédio da rua do Ouvidor vendi 3 predios na rua do Regente e um na rua da Alfândega.

3º Vendi o prédio da Rua do Rosário para pagar uma prestação da parte de meu tio na nossa livraria.

4º Vendi o prédio da rua Uruguayana, quando V. veio para cá com o Lecocq.

É certo que V. não venderia um único [grifo de FA] prédio para metter o dinheiro na livraria!

Mas, a minha maior coragem não foi nenhuma destas aqui referidas; mas foi ter conservado o preço das edições da casa, feitas e contratadas a cambio de 27, quando o cambio deceu [sic] a 6 e menos. Nalguns livros perdia mais de 500 reis!!! Mas foi este um dos grandes motivos da grandeza presente da nossa casa.

---

<sup>31</sup> Reprodução em anexo.

O grrraande Garneir augmentou alguns livros para quasi do dobro [sic].

Não lhe escrevo mais, porque espero abraçá-lo poucos dias depois desta carta chegar à sua mão.

Muitas recommendações a todos os seus e receba um grande abraço do

Velho amigo  
Francisco Alves”

Este documento demonstra com clareza o espírito empreendedor de Francisco Alves, com sua sagacidade diante da concorrência, e sua coragem empresarial, além da afetividade pelo seu jovem sócio, a quem estimulava a ser corajoso nos negócios e a não ter medo do crescimento da casa.

Foi dessa maneira que Francisco Alves se tornou o primeiro editor brasileiro a incorporar a seus negócios, com sede no Rio de Janeiro, livrarias-editoras da França e Portugal, invertendo o percurso dos seus contemporâneos europeus, como os Garnier.

Em 1910 abriu filial em Belo Horizonte, na nova capital do Estado de Minas Gerais, concretizando uma decisão tomada anteriormente, conforme falará nossa colega Francisca Isabel. Além das filiais, Francisco Alves credenciou livrarias-papelarias como depositárias em várias cidades brasileiras.

Como a Hachette, a Nacional e a Ática, Francisco Alves não se restringiu à edição escolar. Além de um extenso e variado catálogo de livros técnicos, jurídicos etc. fez edições literárias de grandes autores contemporâneos brasileiros, como Olavo Bilac, Raul Pompéia e Euclides da Cunha, e de estrangeiros, como Edmond de Amicis e Carlos Malheiro Dias.

Sua atuação como editor literário, embora sem a importância que teve como editor escolar, foi fundamental para o desenvolvimento da função autor no Brasil<sup>32</sup>. Ele, contrariamente ao que era habitual entre os editores de seu tempo, no Brasil, estabelecia contratos de edição, em que o interesse dos autores era respeitado, reconhecia-lhes o valor de seu trabalho, remunerando-os dignamente<sup>33</sup>, mesmo para os padrões atuais, além de

---

<sup>32</sup> Bragança, A. “A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil”, in: Abreu, Márcia, org. *Leitura, história e história da leitura*. 1ª. reimp. Campinas: Mercado de Letras ; ALB, 2002.

<sup>33</sup> Em carta dirigida a um amigo, o historiador português João Lúcio de Azevedo, Capistrano de Abreu afirma: “ainda não houve no Brasil quem desse tanto dinheiro aos autores”. Carta de 2.07.1917.

cumprir de forma irrepreensível e pontual os seus compromissos. Sua importância em nossa história editorial faz dele o paradigma de livreiro-editor em nosso país.

A relação de Francisco Alves com os autores, tanto de livros escolares quanto os demais, era correta e digna. Os contratos, além de demonstrarem respeito pelos escritores, eram cumpridos fielmente. Isso, aliado ao trabalho, dedicação e competência do livreiro-editor, fez da Francisco Alves a primeira grande editora *brasileira*.

Um testemunho importante sobre o editor Francisco Alves foi dado por um autor que só depois viria a ser editado pela Casa. É uma bela página publicada no *Jornal do Commercio*, de 28 de setembro de 1891, que merece ser lida por inteiro.<sup>34</sup> Foi escrita para comentar o lançamento da tradução brasileira do livro *Cuore*, de Edmondo de Amicis, feita por João Ribeiro. Alguns trechos, que se referem ao trabalho do editor:

... ninguém merece mais como colaborador obscuro mais fecundo do nosso progresso do que os editores Alves & C., que acabam de publicar o *Coração* transplantado para vernáculo por João Ribeiro.

Quando é tão comum ver-se a educação do povo vendida a retalho pelo que fica mais em conta, e quando é tão comum o desgraçado espetáculo do comércio afrontosamente perpetrado contra as mais sagradas conveniências da constituição moral do povo, aproveitando-se cada informante da consciência pública, cada educador do espírito do povo da confiança que bem ou mal soube merecer para mais rendosamente desencaminhar e trair; é grato reconhecer a lealdade, a dedicação sadia e honesta com que nesse vasto campo de ação trabalha essa casa editora.

São comerciantes; não querem ser mais do que isso. Quanto estamos longe, porém, dos sacerdócios azinhavadros que por aí andam escandalizando a moralidade com a eterna missa negra da especulação! São comerciantes. Mas escolheram para seu negócio o comércio de livros; no comércio de livros, a especialidade dos livros de educação popular; e nesta especialidade, conhecendo quanto deles depende, fixaram-se no ponto de vista da mais segura e inteligente honradez.

(...) como livreiros e como editores, Srs. Alves & C. escrupulizam no seu negócio como na prática de um sério dever. (...) Suas edições principalmente se impõem pelo cuidado da mais honesta e mais lúcida escolha.

E falando-se de suas edições é preciso acentuar que eles as pagam.

E ainda que nesta terra a palavra editor seja sinônimo de ganância, de escavação esfaimada de hiena, no cérebro alheio eles não têm que corar de serem editores entre nós.

Ainda não há muito pagavam ao próprio João Ribeiro que acaba de traduzir o *Cuore* oito contos por uma gramática e tem convencido que a cada nova

---

<sup>34</sup> Pompéia, 1982: 383-385.

edição pelo trabalho de rever as provas impressas, dão ao nosso ilustre filólogo e escritor quatrocentos mil réis. Um pouco mais do que usam fazer os editores de seiscentos mil réis pela propriedade dos mais brilhantes e dos mais populares dos mais procurados, monumentos da nossa literatura e de traduções a cem mil réis furta de consumir meses inteiros de fadigas.

Francisco Alves lançou as bases modernas da edição escolar no Brasil e chegou a ser conhecido como o “Rei do Livro”, mas a morte levou-o antes de completar 69 anos. Ao falecer o livreiro-editor deixou toda a sua imensa fortuna para a Academia Brasileira de Letras, então uma instituição que, apesar do prestígio que desfrutava, vivia em dificuldades inanceiras permanentes.

Exigiu da Academia que promovesse concursos, para os quais já destinava fundos, para premiar os vencedores das monografias que oferecessem as contribuições mais originais para o desenvolvimento do ensino e da língua portuguesa no país.

Sua dedicação à causa da educação, seu eros pedagógico, também se manifestou como autor de vários manuais e de um famoso atlas de geografia para o ensino escolar.

Em 1942, o prefeito do antigo Distrito Federal, Henrique Dodsworth, pela Resolução n. 4, “Resolve criar e instalar à rua da Passagem, 104, a escola 11-4, que se denominará Francisco Alves”, que existe hoje como “Escola Municipal Francisco Alves”, situada na Travessa Pepe, no. 77, em Botafogo, no Rio de Janeiro. Existe, também, no bairro da Tijuca, a Rua Livreiro Francisco Alves.

Livraria Clássica, depois Livraria Alves e, finalmente, Livraria Francisco Alves, a casa desenvolveu-se, alcançando o topo no universo editorial brasileiro. Paulo de Azevedo, o auxiliar que o sucedeu na direção da casa, seguiu-lhe os passos com muito êxito.

Em breve, no entanto, a Francisco Alves começaria a sentir a concorrência da editora fundada em São Paulo por Monteiro Lobato e Octalles Marcondes Ferreira, a Companhia Editora Nacional, que seguia a trilha aberta pelo vitorioso editor-livreiro, voltando-se especialmente, nessa época, para o mercado do livro escolar.

As novas condições históricas, econômicas e educacionais do país, especialmente a partir da década de 1930, favoreceram a expansão da editora paulista, em detrimento da Francisco Alves, que, paulatinamente foi cedendo parte do terreno que ocupava no mercado escolar brasileiro, especialmente em favor da Nacional.

Após a morte de Paulo de Azevedo, em 1946, sucederam-no na direção geral seus filhos, que já o auxiliavam na casa matriz, dando continuidade à política editorial e à vocação da casa.

Em 1954, o centenário da Francisco Alves foi marcado por grandes comemorações, com registros na grande imprensa e elogios ao grande editor e a seu sucessor, Paulo de Azevedo. Os novos dirigentes publicaram um catálogo com as edições da casa, desde a fundação, que atingiam, sem incluir as reedições, a marca invejável de cerca de 1.200 títulos.

Com as grandes transformações no campo educacional brasileiro, o rico acervo do fundo editorial da Francisco Alves foi aos poucos tornando-se anacrônico, e novas editoras, além da Nacional, vieram tomar-lhe o lugar proeminente que ocupou na área do livro escolar. Sua importância, no entanto, estava assegurada pelo seu pioneirismo e pelo valor permanente de algumas obras de seu catálogo, como os grandes clássicos da literatura brasileira *Os sertões*, de Euclides da Cunha, e *O ateneu*, de Raul Pompéia, aos quais se foram acrescentando depois novas obras de sucesso, como o livro de Carolina Maria de Jesus, *Quarto de despejo*, de 1960.

Em 1972 a empresa passou para outras mãos, sendo adquirida por José Celso de La Roque Maciel Soares Guimarães, que, dois anos depois, cedeu o controle acionário à empresa de navegação, Netumar, de Ariosto Amado, quando o atual editor-proprietário, Carlos Leal, inicia sua trajetória na empresa como gerente.

Nesse período, a editora destacou-se pelo arrojado investimento em literatura, destacando-se em seu catálogo as obras completas de nomes consagrados da literatura brasileira, como Clarice Lispector, Autran Dourado e Nélida Piñon, além de uma coleção voltada para a divulgação da literatura hispano-americana, que incluía Mário Vargas Llosa, Juan Carlos Onetti, José Donoso, Antonio Skármeta e outros, e incorporando autores de *best-sellers*, como o Papa João Paulo II, Lillian Hellman, Stephen King, Isaac Asimov e Darcy Ribeiro e escritores então iniciantes, como João Gilberto Noll, além de bem cuidada coleção de clássicos, universais e brasileiros.

O catálogo de obras universitárias foi enriquecido por livros de Roland Barthes, Paul Feyerabend, Jacques Le Goff e Pierre Nora, Philippe Ariès, Luiz Costa Lima e outros.

Hoje, a Francisco Alves vive uma fase de recuperação de uma crise, dedicando-se à edição de obras de arte, com fino acabamento gráfico, em geral realizando projetos editoriais patrocinados, mas mantendo viva a chama acesa por Nicolau Antônio Alves em 1854.